

Estado da publicação: O preprint foi publicado em um periódico como um artigo
DOI do artigo publicado: <https://doi.org/10.1590/0102-469835918>

O SISTEMA DE INSPEÇÃO DO ENSINO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO PARANÁ

Denize Naiara Santi, Analete Regina Schelbauer, André Paulo Castanha

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.2716>

Submetido em: 2021-07-28

Postado em: 2021-08-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

O SISTEMA DE INSPEÇÃO DO ENSINO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO PARANÁ

Denize Naiara Santi¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8174-6677>

Analete Regina Schelbauer²

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2466-6360>

André Paulo Castanha³

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0571-0960>

RESUMO: Neste artigo investigamos a organização da inspeção do ensino no Paraná na primeira metade do século XX, pois, é pertinente para compreender o processo de organização da educação, considerando que a inspeção intervinha em diversos âmbitos do ambiente escolar, tanto administrativos como pedagógicos. O recorte temporal está baseado na legislação educacional, iniciando em 1901, no qual temos a primeira legislação paranaense do século XX, voltada à educação e vai até a metade do século, pois a última legislação sobre a inspeção foi em 1938, mantendo-se em vigor até depois de 1950. As fontes de análise foram a legislação, relatórios, jornais, livros dentre outros documentos do período, considerados como fontes primárias, e bibliografias sobre o tema. No texto, enfatizamos a importância da inspeção do ensino na organização da educação e na efetivação de legislações educacionais, e investigamos a forma como a inspeção do ensino se organizou no período. A partir da análise inferimos que a inspetoria exercia papel fundamental na organização do ensino primário, e para isso, a inspeção tinha uma estrutura complexa, que se distribuía ao longo de todo o Estado, com intuito de fiscalizar e disseminar um modelo de ensino. Além disso, os inspetores escolares se configuravam em intermediários entre as escolas/professores e o Governo, pois era por meio de seus relatórios que havia a troca de informações entre esses setores.

Palavras-chave: Inspeção do Ensino; Ensino Primário; Paraná Século XX.

THE TEACHING INSPECTION SYSTEM IN THE FIRST HALF OF THE 20TH CENTURY IN PARANÁ

ABSTRACT: In this article, we investigate the organization of education inspection in Paraná in the first half of the 20th century, because it is relevant to understand the process of organization of education, considering that the inspection intervened in various areas of the school environment, both administrative and pedagogical. The time frame is based on the educational legislation, starting in 1901, in which we have the first legislation from Paraná of the 20th century, focused on education and that continues until the middle of the century, as the last legislation about the inspection was in 1938, remaining in force until after 1950. The sources of analysis were the legislation, reports, newspapers, books, among other documents of the period, considered as primary sources, and bibliographies about the subject. In the text, we emphasize the importance of the teaching inspection in the organization of education and in the implementation of educational legislation, and we investigate the way in which the teaching inspection was organized in the period. From the analysis, we infer that the inspectorate played a fundamental role in the organization of primary education, and for that, the inspection had a complex structure, which was distributed throughout the entire State, in order to supervise and disseminate a teaching model. In addition, the school inspectors acted as intermediaries between schools/teachers and the Government, as it was through their reports that there was the exchange of information between these sectors.

¹ Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá – PR <denize_naiaralp@hotmail.com>

² Universidade Estadual de Maringá – UEM, Maringá – PR <analeteregina@gmail.com>

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Francisco Beltrão – PR <andrecastanha66@gmail.com>

Keywords: School Inspection; Primary Education; Paraná 20th Century.

EL SISTEMA DE INSPECCIÓN DOCENTE EN LA PRIMERA MITAD DEL SIGLO XX EN PARANÁ

RESUMEN: En este artículo investigamos la organización de la inspección de la educación en Paraná en la primera mitad del siglo XX, ya que es relevante para comprender el proceso de organización de la educación, considerando que la inspección intervino en diferentes áreas del entorno escolar, tanto administrativo y pedagógico. El marco temporal se basa en la legislación educativa, a partir de 1901, en la que tenemos la primera legislación de Paraná en el siglo XX, centrada en la educación. Y se extiende hasta mediados de siglo, ya que la última legislación en materia de fiscalización fue en 1938, permaneciendo vigente hasta después de 1950. Las fuentes de análisis fueron legislación, informes, periódicos, libros, entre otros documentos de la época, considerados como fuentes primarias, y bibliografías sobre el tema. En el texto, destacamos la importancia de la fiscalización de la docencia en la organización de la educación y en la aplicación de la legislación educativa, e indagamos cómo se organizó la fiscalización de la docencia en el período. Del análisis se infiere que la fiscalía jugó un papel fundamental en la organización de la educación primaria, y para ello, la fiscalización contaba con una estructura compleja, que se distribuía por todo el Estado, con el objetivo de inspeccionar y difundir un modelo de enseñanza. Además, los inspectores escolares actuaron como intermediarios entre las escuelas / maestros y el Gobierno, ya que fue a través de sus informes que hubo un intercambio de información entre estos sectores.

Palabras clave: Inspección de enseñanza; Escuela primaria; Paraná Siglo XX.

INTRODUÇÃO

O serviço de inspeção é de extraordinário valor, porquanto constitui verdadeiro sustentáculo da atividade, e, em geral, da conduta profissional do professor. Além disso, permite a mais completa distribuição de escolas e constitui a mais sólida garantia do professorado, quando trabalha e cumpre os seus deveres com exatidão (PARANÁ, 1928b, p.230).

A organização da educação na primeira metade do século XX teve por sustentáculo uma política de nacionalização⁴ e alfabetização⁵ da população, que chegaram as escolas. Conforme estabelecia a legislação estadual em 1917 havia cinco tipos de instituições de ensino primário existentes

⁴ A política de nacionalização da população, que foi implementada nas escolas, ressaltamos que essa foi impulsionada, especialmente, a partir da Primeira Guerra Mundial, a qual influenciou em uma visão negativa dos estrangeiros, que em sua maioria desconheciam a língua e os costumes nacionais, o que era considerado pelo Governo prejudicial ao desenvolvimento do país, diante disso, passou a ser implantada a política de nacionalização que teve grande impacto na educação, escolas estrangeiras foram fechadas, os professores foram obrigados a ensinar na língua nacional, e disciplinas como História do Brasil foram sendo implementadas em todas as instituições de ensino.

⁵ Além de nacionalizar o estrangeiro, também foi preciso alfabetizar os nacionais. Os dados estatísticos demonstram que a maior parte da população brasileira era analfabeta, o recenseamento de 1920 revelou que 80% da população brasileira era analfabeta, no Paraná esse número era de 71%. Houve então uma movimentação para combater a “chaga do analfabetismo”, deste modo, “[...] intensifica-se a defesa da difusão do ensino para as massas, por parte de políticos e diletantes na educação” (PAIVA, 2003, p. 37). A erradicação do analfabetismo também foi influenciada pela exigência das eleições na qual era preciso ser alfabetizado para votar, deste modo, a difusão da instrução primária se tornou “[...] indispensável para consolidação do regime republicano” (SOUZA, 1998, p. 27).

no Paraná no período, as escolas isoladas⁶, que eram urbanas e rurais; os grupos escolares, que eram tipicamente urbanos; as escolas subvencionadas pelo governo estadual, que eram escolas particulares; as escolas ambulantes, que eram tipicamente rurais, e as escolas subvencionadas pelo governo federal que estavam localizadas especialmente nas zonas de colonização. As escolas isoladas, ambulantes, subvencionadas federais e estaduais se constituíram, na grande maioria, em escolas isoladas “[...] regidas por um único professor, em salas multisseriadas” (SCHELBAUER, 2014, p. 81), e os grupos escolares se constituíram “[...] de um agrupamento de escolas isoladas masculinas e femininas, estabelecendo-o em regime graduado e seriado” (ARAÚJO, VALDEMARIN, SOUZA, 2015, p. 33).

A investigação evidenciou um papel relevante dos inspetores de ensino, na disseminação de escolas primárias. Deste modo, consideramos que a inspeção do ensino se configurou na base para o desenvolvimento educacional na primeira metade do século XX, pois os inspetores eram os intermediários entre o governo e as escolas/professores, eles fiscalizavam o ensino fazendo cumprir os determinantes legais, disseminavam um tipo de ensino que tinham por base a alfabetização e a nacionalização, mas também buscavam melhorias para as condições precárias em que a maioria das escolas se encontravam, auxiliando o professor. Além disso, segundo Souza, “[...] A inspeção do ensino deveria ser elemento central em torno do qual o aparelho escolar se moveria” (SOUZA, 2004, p.63). Deste modo, além de intermediários os inspetores eram responsáveis por toda organização do ensino, considerando que estavam em contato direto com as escolas e com o governo, além de se constituírem em um meio de “[...] acesso a informações sobre o mobiliário, professores, matrícula, condições higiênicas, métodos, livros didáticos, etc.”, sendo assim apresentavam um panorama de como estava as escolas no Estado (SOUZA, 2004, p.232).

Essa relação intermediária dos inspetores com o governo e as escolas/professores, foi uma herança do Império, e pode ser observada nos discursos de época. Vejamos o relato do presidente Affonso Alves de Camargo no ano de 1917, no qual destacou que a inspeção seria “[...] fator principal para a boa aplicação dos métodos adotados, está sendo feita com todo rigor e eficiência, por inspetores escolares retirados do próprio professorado” (PARANÁ, RPE, 1917, p.13). O presidente Caetano Munhoz da Rocha, no seu relatório de 1928, apresentou essa relevância, destacando que “[...] as visitas que os inspetores periodicamente fazem nas escolas produzem sempre os melhores resultados, quer quanto à distribuição e localização das mesmas, como também ao trabalho apresentado pelos professores” (PARANÁ, RPE, 1929, p.140). Além dos governantes, os próprios inspetores tinham claro a relevância da função para o período, vejamos o que registrou o Inspetor Geral Cesar Prieto Martinez, no ano de 1921,

A inspeção do ensino tem de ser forçosamente o pivô, em torno do qual o aparelho escolar moverá, a fim de concentrar as suas energias. Nenhuma empresa progride sem fiscalização, e quem a dirige tem de conhecer, como a palma de suas mãos, os homens e as coisas que aí se congregam diariamente, o que entra o que sai, o que dá lucros e o que dá prejuízo, tudo em suma que diz respeito à integridade progresso do estabelecimento (PARANÁ, 1921a, p.10).

Analisando esse relato é possível perceber a analogia feita pelo inspetor ao relacionar a educação a uma empresa, esses princípios são herdados das mudanças no modo de produção capitalista que teve como base o taylorismo, especialmente após a revolução industrial, no qual houve a necessidade de otimizar os modos de produção. Destarte “[...] o Taylorismo além de uma forma de organização do trabalho configurou-se num movimento mundial que ultrapassou a organização do trabalho realizado na fábrica”, atingindo organização da sociedade e por fim, a educação (SILVA, 2019, p,107).

Em vista disso a escola passou a ser comparada a uma fábrica e houve a necessidade da fiscalização para o seu bom funcionamento, essa fiscalização era feita pela inspetoria de ensino, pois dentro dos princípios do taylorismo havia a “[...] necessidade de supervisão constante do trabalho”,

⁶ Santi (2021), ao estudar as escolas rurais destaca que a grande maioria das escolas isoladas estavam localizadas na zona rural. A partir dessa constatação, refuta a ideia de que a escola rural se expandiu somente após 1930, como a maioria dos historiadores sustentam, enfatizando que a sua difusão iniciou anterior a essa data no Estado do Paraná.

com intuito de que as instruções fossem de fato cumpridas pelos trabalhadores (SILVA, 2019, p.135). Essa supervisão constante para o cumprimento correto das instruções, é perceptível na inspeção escolar, sendo um dos principais objetivos desse setor, como veremos nas análises que se seguem.

Além disso, outros princípios do Taylorismo atingiram a educação, dentre eles, segundo Silva, o trabalho parcelado, que se traduziu “[...] na organização dos conteúdos em disciplinas com extensa grade curricular” e na organizar da sala de aula, com cadeiras enfileiradas que lembram a organização da fábrica, além disso, o professor autoritário, que assim como um “[...] chefe de setor industrial - que exige silêncio e rendimento, através de castigos e prêmios, o que também sustenta o sistema vigente”, e a burocratização, realizada através da implantação “[...] controle de frequência, avaliações internas e externas e documentações” (2019, p.109), toda essa organização sustentada e inspecionada constantemente pela inspetoria de ensino.

A inspeção era ressaltada nos documentos de época, e até mesmo nos meios de comunicação havia o destaque para a relevância do trabalho desses sujeitos na educação. Uma crônica do ano de 1927, escrita por Sebastião Paraná e publicada no *Jornal Diário da Tarde*, ressaltou que:

A inspetoria de ensino, numa ansiedade louvável, ataca, por todos os lados, o analfabetismo, - inimigo comum, terrível e de efeitos danosos. Grandioso tal empreendimento: engrandece, nobilita, enriquece a Pátria quem debasta, poli, lápida o diamante bruto da inteligência da mocidade -, esperança do país, guarda avançada da República (PARANÁ, 1927a, p.2)

Percebe-se a relevância da inspeção para a campanha de alfabetização da população. Na realidade a inspeção do ensino foi muito além de uma mera observação das condições das escolas. Segundo Miguel, se voltarmos o nosso olhar para as reformas que ocorreram no campo educacional, apesar destas estarem “[...] inscritas no projeto político de nacionalidade” as modificações na legislação e disseminação de escolas “[...] foram implantadas sem o empenho das camadas cidadinas paranaenses mais privilegiadas”, diante disso, essas modificações só ocorreram diante da “[...] vontade pessoal e dedicação do Inspetor e pressionadas pela demanda. Nos relatórios de Prieto Martinez, está constantemente presente à procura de escolas pela população” (MIGUEL, 1997, p.45), essa procura também era observada nas publicações do *Jornal Diário da Tarde*.

Diante da significância da inspeção do ensino para o desenvolvimento educacional, que interveio em diversos âmbitos do ambiente escolar, tanto administrativos como pedagógicos, como enfatizado pelos discursos de época, buscamos analisar como se deu a organização deste serviço, pois, é pertinente para compreender o processo de organização da educação. Diante disso, apresentamos a seguir uma análise de como estava organizada a inspeção de ensino no período.

O recorte temporal tem como marcos a legislação educacional paranaense, da primeira metade do século xx, considerando as leis de 1901 e 1938. O ano de 1901, por ser a primeira legislação da educação paranaense do século XX, e apresentar significativas alterações na estrutura da inspeção de ensino, em relação ao século XIX, a partir do que foi demonstrado por Castanha (2007). Já no ano de 1938 houve uma reorganização na inspeção de ensino no Estado do Paraná, que perdurou por muitos anos sem alteração, fechando as reformas sobre a inspeção na primeira metade do século XX. Diante do apresentado, o recorte está baseado na legislação, que se configura como uma das fontes primárias da pesquisa, pois, como destacou Castanha “[...] dentre as muitas fontes que podem subsidiar as pesquisas histórico-educativas, sobressai-se a legislação educacional, devido ao grande número de temas e questões que estão explícitos e implícitos nela (2011, p. 312).

Além da legislação, utilizamos relatórios de inspetores, professores e governantes do Paraná, livros e jornais, e outros documentos que foram encontrados e se relacionam com a educação, os quais consideramos como fontes primárias. Também nos servimos de fontes secundárias, escritos de autores que tratam sobre o tema. Ressaltamos a utilização do termo fontes primárias e secundárias, que na historiografia também podem ser conceituadas como diretas ou indiretas. Castanha (2011) conceitua essas fontes com base nos estudos de Aróstegui, destacando que a fonte primária ou direta é aquela registrada por uma testemunha presencial do fato, assim sendo, é a fonte original que ainda não sofreu nenhum tipo de análise, e a fonte secundária ou indireta é uma fonte mediada, é o resultado da análise da fonte primária. Porém com as mudanças nas pesquisas, Castanha (2011) destaca que as

fontes adquirem um caráter de direta ou indireta perante o tipo de pesquisa que se pretende fazer. Considerando essa assertiva, nessa pesquisa utilizaremos as fontes primárias, nos referindo aos documentos de época, e fontes secundárias considerando autores que apresentam informações pertinentes para discussão.

Depois desta breve introdução, vejamos como a inspeção do ensino se organizou na primeira metade do século XX, e qual a sua influência na disseminação e organização do ensino no estado do Paraná no período.

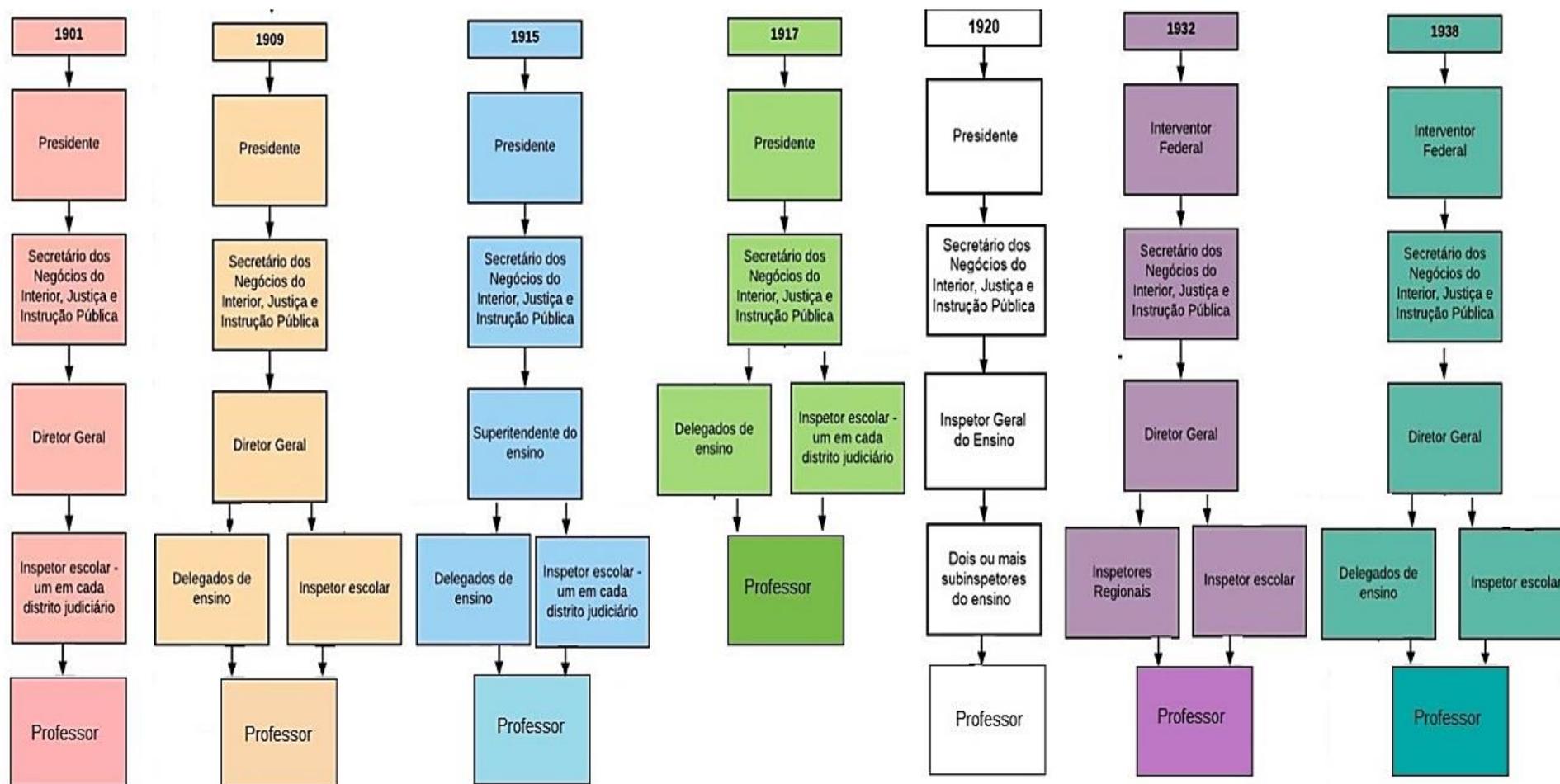
ORGANIZAÇÃO DA INSPEÇÃO DO ENSINO NO PARANÁ

Segundo Oliveira, “[...] a inspeção constitui-se no órgão administrativo e fiscalizador por meio do qual o poder público exerceu o controle sobre o ensino”. Durante todo o período analisado a inspeção foi “[...] subordinada a Secretária do Interior, Justiça e Instrução Pública, teve diferentes denominações”, sem perder a “[...] sua finalidade controladora e fiscalizadora” (1994, p. 150). Além disso, exercia o seu controle e fiscalização, observando “as escolas, quanto ao funcionamento; os professores, quanto ao processo de ensino, e os alunos, quanto a frequência e os resultados na aprendizagem” (OLIVEIRA, 1994, p.151), tudo isso mediante a ação dos inspetores, registrando nos seus relatórios. Para que a estrutura da inspeção funcionasse existia uma hierarquia entre os inspetores, cada qual com uma função, o intuito era fazer com que a inspeção chegasse a todas as escolas do Estado para regular o seu funcionamento, auxiliar e incentivar o professor, especialmente considerando que a maioria dos professores no período não possuíam formação.

Em relação as escolas, estas estavam disseminadas por todo o Estado, e se encontravam em diversas localidades, tanto na zona urbana, quanto na zona rural, diante disso, construiu-se uma rede de inspeção para tentar alcançar todas as escolas, com o intuito de fiscalizar e disseminar um modelo de ensino. As escolas localizadas na cidade tinham uma condição melhor, tinham acesso a material de ensino, os alunos, em sua maioria eram regulares, as casas eram destinadas as instalação das instituições de ensino, porém na zona rural a condição era outra, as escolas se instalavam em casas precárias, demoravam a ter acesso a material de ensino, os alunos tinham inúmeras faltas, pois ajudavam a família nos trabalhos da agricultura, as condições sanitárias eram insalubres, o que condizia com o meio em que estavam inseridas, a zona rural no período tinha esse caráter de precariedade. Diante disso, os professores formados pela Escola Normal preferiam trabalhar nas escolas da zona urbana, que ofereciam melhores condições para o desenvolvimento do ensino. Assim, nas escolas da zona rural, os inspetores eram, em muitas ocasiões, o único contato entre o professor e as modificações ocorridas no ensino, além de fornecer informações também proporcionavam formação aos professores leigos, que eram maioria na zona rural.

Considerando essa assertiva, a inspeção escolar é aqui compreendida como uma instituição social, que se constituiu historicamente, sendo influenciada pelas diversas relações de poder que perpassam o ambiente escolar, além disso, os inspetores são considerados como intelectuais do período, e diante disso, consideramos “[...] às suas ações, ideias e aos seus pensamentos” para reconstruir a história, pois eles foram “[...] emissários privilegiados de um determinado contexto histórico” (BORGES NETTO; MACHADO, 2018, p. 196). Diante disso, para compreender como a hierarquia da inspeção modificou-se no período, reproduzimos um organograma construído por Santi (2021), a partir da legislação estadual, que demonstra as mudanças ocorridas na estrutura administrativa. Vejamos:

Figura 1 - Organograma da hierarquia da inspeção do ensino entre 1901-1938



Fonte: SANTI (2021, p.157)

Pelo organograma percebemos como estava organizada a estrutura hierárquica da inspeção do ensino durante o período de 1901 até 1938, abrangendo as primeiras décadas do século XX. Ao analisar os dados apresentados, observamos uma constância na hierarquia, o presidente/interventor estava sempre na posição de maior detentor das decisões, seguido do Secretário dos Negócios do Interior, Justiça, e Instrução Pública, esses dois eram responsáveis por escolher quem seria o Diretor Geral – nominado de Superintendente do Ensino (1915) e Inspetor Geral (1920) – que era responsável por organizar as informações que vinham dos Delegados de Ensino – nominados de Inspetores Regionais (1932) e nos relatórios nomeados de subinspetores – e dos inspetores escolares. Os Delegados de Ensino e os inspetores escolares estavam diretamente em contato com as escolas e professores, sendo o principal elo entre governo e escola, esses sujeitos visitavam as escolas, faziam relatórios de como estas escolas estavam, e mandavam para o Diretor Geral, que repassava ao secretário e este, ao presidente de Estado. Em última análise, o material que o Inspetor Geral produzia, servia de base para a elaboração dos relatórios do secretário e do presidente de Estado.

Ao considerar essa distribuição, vejamos as atribuições de cada cargo, segundo as Legislações que foram utilizadas para construir o organograma. Iniciando pelo Presidente/Governador, a única legislação que definiu sobre as suas atribuições perante a inspeção do ensino foi a de 1901, que destacou no artigo 9º “A direção suprema do ensino compete ao governador do Estado”, que exerceria essa direção através do Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública (PARANÁ, 1901, p.85). Mas, todas as legislações destacaram que deveria ser encaminhado anualmente um relatório de como estava a instrução no Estado ao Presidente/Governador, que por meio do relatório e do posicionamento do Secretário do Interior e do Diretor Geral tomava decisões acerca da instrução.

Referente ao Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, houve menção a suas atribuições frente a inspeção do ensino na legislação de 1901, destacando no Art. 10º, que a este caberia “[...] 1º velar pela execução das leis e regulamentos do ensino; 2º dar expediente a todos os negócios concernentes a Instrução Pública; (...) 5º apresentar ao governador do Estado relatório anual sobre o movimento do ensino primário” (PARANÁ, 1901, p.85)

Na legislação de 1917, na qual foi extinto o cargo de Diretor Geral, quem assumiu as atribuições deste posto foi o Secretário do Interior, por isso, a legislação destacou ser suas principais atribuições

Art. 1º: I Elaborar instruções especiais para regularizar o funcionamento dos institutos de ensino. II inspecionar assiduamente, por si e por intermédio dos Delegados e Inspetores, todos os institutos de ensino, público ou particulares (PARANÁ, 1917b, p.3).

Em 1920, o cargo de Inspetor Geral voltou a constar na legislação, e as atribuições do secretário, indicadas no Código de ensino de 1917, voltaram a ser do Inspetor Geral. Abaixo do Secretário do Interior, o cargo mais relevante era o de Inspetor Geral. A única legislação que não mencionou as suas atribuições, foi a de 1917, pois, nesta lei, o cargo foi extinto, sendo reestabelecido em 1920 pela Lei n.º 1999⁷, que denominou o cargo como Inspetor Geral do Ensino. A denominação do cargo foi alterada diversas vezes nas legislações que tratavam da inspeção. Nas legislações de 1901 e 1909, era denominado de Diretor Geral, em 1915 foi alterado para Superintendente de Ensino, em 1920 e 1932 quem assumia o cargo era chamado de Inspetor Geral do Ensino, e por último em 1938, passou a ser denominado de Diretor Geral de Educação.

Apesar das inúmeras mudanças na denominação do cargo, as atribuições de quem assumia o posto eram semelhantes em todas as legislações. Assim, o Diretor Geral era “[...] o funcionário encarregado de executar as deliberações do governo e da congregação” (PARANÁ, 1901, p.85). Isso se repetiu em todas as leis, em que o cargo foi mencionado. Além disso, para assumir o cargo de Diretor Geral, a nomeação e a demissão eram de livre escolha do presidente/governador do Estado, a única alteração nesta parte foi mencionada em 1932, que acrescentou que o Inspetor Geral seria escolhido

⁷ Art. 2º O Inspetor Geral do Ensino será nomeado em comissão dentre pessoas de notória capacidade profissional. Art. 3º O inspetor Geral do Ensino terá como seus auxiliares dois ou mais subinspetores do Ensino nomeados em comissão, dentre os professores Normalistas do Estado (PARANÁ, 1920a, p.1)

dentre os Inspectores Regionais, todavia, para se tornar um Inspetor Regional havia algumas exigências, tais como:

- a) possuir diploma da Escola Normal Secundaria de Curitiba; b) Tiverem exercido os cargos de professor de escola isolada e direção de grupo escolar; c) contarem mais de dez anos de bons serviços prestados ao ensino público (PARANÁ, 1932, p.1).

Essas cobranças revelam que houve uma exigência maior em relação à formação do sujeito que assumiria o cargo de Diretor Geral, a partir de 1932, condição que antes não era cobrada pela legislação de ensino, dando uma liberdade de escolha de quem assumiria o posto.

Além disso, o Diretor Geral tinha subordinado a ele todos os funcionários ligados a instrução, e deveria inspecionar todos os estabelecimentos de ensino do Estado por meio dos demais inspetores de ensino. Outro ponto relevante destacado nas legislações referente a este cargo foi que ele seria o “[...] intermediário normal, para todos os efeitos, entre o Governo e as autoridades ou os empregados da instrução pública, de qualquer categoria” (PARANÁ, 1915, p.5). Assim era por meio do Diretor Geral que as escolas/professores, contatavam o Governo, e o contato entre o Diretor Geral e as escolas, normalmente se dava mediante os inspetores escolares e delegados de ensino, que eram os funcionários que deveriam de fato visitar todas as escolas do Estado. O quadro a seguir apresenta o nome dos Diretores/Inspectores Gerais que passaram pela inspetoria no período de 1915 a 1941.

Quadro 1 - Diretores/Inspectores Gerais da inspeção do ensino do Estado do Paraná de 1915 a 1941.

Período	Nome
1915 – 1917	Azevedo Macedo
1918 – 1919	Júlio Pernetta (Secretário do Interior que tinha as funções de Diretor)
1920 – 1924	Cesar Prieto Martinez
1925 – 1927	Lysimaco Ferreira da Costa
1927 – 1941	Hostilio Cesar Souza Araújo
1942 – 1943	Simeão Mafra Pedroso
1944	Antenor Pamphilo dos Santos
1945	Ermani Santiago de Oliveira
1946	Homero Batista de Barros
1949-1951	Erasmus Pilotto

Fonte: SANTI, 2021, p.160. MIGUEL, 1997.

Dentre os homens que assumiram o posto de Diretor Geral, os mais conhecidos foram o Cesar Prieto Martinez⁸ e Lysimaco Ferreira da Costa⁹, há inúmeros estudos sobre esses dois inspetores

⁸ Segundo Silva, o governo paranaense precisava de um sujeito que “[...] pudesse dar a feição desejada ao aparelho educacional com atenção às necessidades e limitações do Paraná. Para atender a esse fim, buscou em São Paulo, o Estado modelar, um técnico que pudesse trazer as modernas práticas às escolas paranaenses. César Prieto Martinez foi esse técnico. Ao aceitar o convite para promover a reforma educacional no Paraná, suas propostas se basearam em ideais racionalizadores que coadunavam com as limitações orçamentárias do Estado sem perder de vista os resultados significativos, considerando a grande necessidade de prover o ensino. Foi nesse intento que Martinez promoveu uma série de mudanças administrativas e pedagógicas no sistema de ensino paranaense” (2019, p.140).

⁹ Padiál (2008) analisou as propostas e intervenções de Lysimaco Ferreira da Costa na instrução pública paranaense, especialmente na Formação de professores. A autora destacou que Lysimaco, tinha entre suas propostas a “[...] expansão e o melhoramento do aparelho escolar, alfabetização da população, criação de Escolas Normais, formação de professores, entre outros. Ele achava que o homem deveria desenvolver sua capacidade de pensar e agir e que a educação diminuiria ou acabaria com a pobreza da população. Seu pensamento não foi fruto de sua mente prodigiosa, mas se organizou a partir do que estava sendo produzido historicamente” (PADIAL, 2008, p.129). Tanto Cesar Prieto Martinez, quanto Lysimaco

e as influências que exerceram sobre o ensino do período. Ambos realizaram mudanças significativas na instrução pública do Estado, especialmente porque tiveram apoio do Governo, o presidente no período em que exerceram o cargo, de 1920 a 1928 foi Caetano Munhoz da Rocha, que segundo Moreno teve um governo “[...] marcado por percepções e atitudes nacionalistas que o diferenciaram de seus antecessores”, deste modo, as reformas da instrução pública que promoveu iam sempre ao encontro desse projeto de nacionalização (2003, p.24). Apesar dos estudos sobre esses dois inspetores, o que permaneceu por mais tempo como Diretor Geral foi o Hostilio Cesar Souza Araújo, e sobre esse inspetor não há estudos, somente citações de seus relatórios.

Na sequência da hierarquia vinham os Delegados de Ensino e por fim os Inspectores Escolares, para explicar as atribuições desses dois cargos vamos apresentá-los juntos, pois, um complementava o outro. Os Delegados de Ensino exerciam, segundo a legislação de 1909, uma inspeção técnica, voltada mais a questões pedagógicas, e o Inspetor Escolar, segundo a mesma legislação, exerciam uma inspeção administrativa, ligada mais a questões burocráticas. Sabemos que essa legislação não perdurou por muito tempo, porém, essa divisão na forma como se dava a inspeção persistiu no Código de Ensino de 1915 e no de 1917.

O cargo de Delegado de Ensino foi instituído pela legislação de 1909, sendo denominado de Inspectores Regionais na lei de 1932, mas voltando a denominar-se de Delegado de Ensino em 1938. Dentre as atribuições dos Delegados de Ensino/Inspectores Regionais, estavam segundo Art. 19: “Visitar as escolas públicas ou subvencionadas de ensino primário” (PARANÁ, 1917b, p.7). O inspetor geral, Cesar Prieto Martinez, no seu relatório do ano de 1921, apresentou as atribuições desse cargo, destacando o que esses funcionários deveriam observar nas suas visitas:

Em primeiro lugar tem de saber a localização de todas as sedes escolares, a população que aí reside, suas condições econômicas-sociais, usos e costumes, recursos, meios de comunicação, distância dos centros mais próximos, clima, etc. [...] Em segundo lugar deve conhecer as condições da escola: se funciona em prédio confortável, se tem mobiliário, se é frequentada, etc. Em terceiro lugar não pode ignorar quem é o professor que aí leciona nem qual a sua capacidade de trabalho, suas relações com a população, dirigentes, etc. enfim, tudo que diz respeito a sua pessoa, quer como funcionário, quer como cidadão. Ao par de todos esses dados, saberá por certo agir com critério todas as vezes que tiver necessidade de intervir em relação à vida escolar (PARANÁ, 1920b, p.10-11).

Assim, segundo Cesar Prieto Martinez, era somente “[...] a inspeção sistematizada, feita pessoalmente” pelo inspetor geral, ou “[...] por intermediário de seus auxiliares”, que seriam os Delegados de Ensino e Inspectores de Ensino, se poderia “[...] coligir todos esses dados” apontados (PARANÁ, 1920b, p.10-11). Já os inspetores escolares, poderiam ser, segundo Art. 20, “[...] qualquer um dos delegados de ensino”, além disso, “[...] nos distritos onde houver muitas escolas, ou diversos povoados com escolas, poderá haver mais de um inspetor, sendo pelo secretário do interior, determinadas as escolas sobre a jurisdição de cada um” (PARANÁ, 1917b, p.11).

Além disso, poderiam ser nomeados para esse cargo, segundo Art. 22 “[...] o Promotor Público ou adjunto deste” (PARANÁ, 1917b, p.11). Os Inspectores de Ensino eram distribuídos da seguinte maneira: para cada distrito judiciário onde houvesse uma escola seria nomeado um inspetor, e este deveria visitar pelo menos duas vezes por mês as escolas do seu distrito. Esses inspetores eram fundamentais pois segundo Ferreira (2013), sem eles não seria possível “[...] realizar a fiscalização distrital do ensino”, especialmente porque esses inspetores tinham contato mais direto com os professores e por isso ofereciam “[...] orientações quanto aos procedimentos didáticos, além de animá-los e ampará-los em suas necessidades” (FERREIRA, 2013, p.220).

Diante disso, analisamos o Código de Ensino de 1917, observando as atribuições do cargo de delegados de ensino e de inspetores escolares, para compreender melhor como esses dois cargos se complementavam. Vejamos: o Inspetor Escolar deveria designar onde as escolas seriam instaladas, e

para facilitar a sua decisão ele dialogava com o Delegado de Ensino, que auxiliaria na escolha do melhor lugar. O inspetor escolar deveria atestar mensalmente o trabalho do professor, a matrícula e frequência dos alunos, já o delegado de ensino não observava somente o trabalho do professor, mas todos os condicionantes, como o método de ensino utilizado pelo professor, a situação da escola, os materiais disponíveis. O delegado de ensino conferenciava aos professores sobre novas metodologias, novos programas, e assuntos pedagógicos, já o inspetor escolar visitava as escolas com intuito de visar o exercício do professor, a frequência e matrícula dos alunos, para que esse professor pudesse receber o seu vencimento. Além disso, ambos os cargos escreviam relatórios os quais, segundo Moreno, apesar de variar “[...]muito em estilo e organização”, apresentavam assuntos semelhantes, abordando a “[...] descrição dos problemas mais graves e de casos pitorescos. No que tange à fala sobre as condições das escolas são, em sua maioria, lacônicos” (2003, p.39). Esses são alguns pontos que demonstram a complementariedade desses dois cargos, e o que era uma inspeção técnica e uma inspeção administrativa.

A função de Delegado como destacado era remunerada, porém, a de Inspetor de Ensino não era, apesar disso, segundo o presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha, por essa fiscalização envolver “[...] uma responsabilidade moral tremenda, pois afeta o interesse vital de uma coletividade é claro que o nomeado, para cumprir com esse dever patriótico, tem que possuir os requisitos de um cidadão que deseja ser útil aos seus irmãos” (PARANÁ, 1921b, p. 96).

Munhoz da Rocha destacou que apesar de não receberem remuneração “[...] muitos inspetores pela sua dedicação, merecem o título de beneméritos do ensino” (PARANÁ, 1921b, p. 96). Porém, não eram todos os inspetores escolares com essas características. Segundo Cesar Prieto Martínez, existiam alguns que não tinham interesse no ensino, e receosos de fazerem inimizades fechavam os olhos para algumas irregularidades. Conforme registrou o inspetor geral, isso ocorria nos “[...] povoados mais distantes, onde a visita das autoridades é mais rara, e às vezes até nós lugares próximos” (PARANÁ, 1921a, p.47). Essa postura dos inspetores locais gerou conflito entre eles e os delegados de ensino. Uma forma proposta pelo inspetor Cesar Prieto Martínez para que isso não ocorresse foi regularizar as nomeações para o cargo, contando com pessoas idôneas (PARANÁ, 1921a). Além disso, também foi instituído um controle da fiscalização estabelecendo boletins para que esses inspetores preenchessem ao visitar as escolas. Segundo Souza esses boletins se constituíram como “[...] um serviço de fiscalização da fiscalização” (SOUZA, 2004, p.66).

Contudo, apesar dos bons trabalhos que os Delegados e Inspetores prestavam a organização do ensino, segundo uma publicação do Jornal Diário da Tarde, o seu trabalho era dificultado, pois,

A politicagem sem escrúpulos tornou os prudentes e com razão. Nada há de mais desmoralizador para o funcionário zeloso que a injustiça do chefe no julgamento do seu trabalho. O inspetor assinala o irregular funcionamento de uma escola; registra o péssimo conceito que o professor faz de sua missão, prejudicando ensino e dando todos os maus exemplos da impontualidade, relaxamento, desordem e preguiça. O inspetor registra; e corrige; ensina; leva alguns dias ao lado do professor, com ele trabalhando. Pois bem, na segunda inspeção nota que todo o seu trabalho e toda sua autoridade foi perdida, junto ao mesmo professor; observa que é inútil prosseguir e que o professor deve ser substituído. Volta e dá contas ao seu diretor, esperando que a sua moção seja aprovada, que o seu esforço seja compensado. A politicagem intervém: o diretor vacila o professor é filho de um correligionário seu ou, ao menos, é seu protegido, o seu tempo de inspeção é atirado ao silêncio, com um gesto de impaciência pela pouca perspicácia do inspetor em irradiar um amigo político, em não saber fazer termos repressivo; somente para os mestres humildes e desprotegidos. O resultado é absoluto retraimento do inspetor, que sentem injustiça do seu chefe e não quer ser instrumento viu dos seus superiores no exercício honesto de sua atividade (O Ensino..., 1932, p.1).

Essa publicação revela um outro lado da inspeção do ensino. Apesar da importância da inspeção local, ela nem sempre apresentava resultados positivos, e não por falha do inspetor, mas por conta da “politicagem” que mantinha o professor mal preparado na posição de regente. Deste modo, percebe-se que o inspetor não era apenas a voz do Governo, mas representava a voz do povo e da

educação buscando uma melhoria no ensino, indicando mudanças na forma como os professores conduziam as escolas.

Podemos perceber essa afirmativa na palavra do inspetor de ensino Cesar Prieto Martinez, que destacou que apesar das dificuldades encontradas, os inspetores, sobretudo os Delegados de Ensino, que eram os inspetores técnicos, seriam os porta-vozes

[...] das novas ordens; nos representará em todos os atos e fará tudo para que os fortes se conservem sempre fortes, para que os mais esforçados recebam a recompensa da justiça e para que, como última medida os retardatários ou incorrigíveis recebam punição (PARANÁ, 1920b, p.11).

Depois de compreender as atribuições desses cargos vejamos como funcionou a distribuição deles pelo Estado, iniciando pelo Delegado de Ensino. Em 1929, o presidente Caetano Munhoz da Rocha destacou que o Estado tinha um Inspetor e três subinspetores¹⁰ do ensino, número considerado insuficiente para o serviço de fiscalização ocorrer de forma correta abrangendo todo o Estado, por isso solicitou a “[...] criação de mais três lugares de subinspetores de ensino, os quais deverão ser preenchidos por professores normalistas competentes” (PARANÁ, 1929b, p.140). Segundo a distribuição das Inspetorias Regionais de 1932, foram criados mais dois cargos de inspetores regionais, chegando ao total de 5. Em 1935, o interventor Manuel Ribas destacou que “[...] o número atual de inspetores (4) é insuficiente para exercê-la a mais rigor, de sorte que tão logo possível, esse número deve ser aumentado” (PARANÁ, 1935b, p.19). Essa menção fez referência aos Delegados de Ensino que, em 1938 eram em número de 4, ou seja, os 5 inspetores regionais que haviam em 1932 foram reduzidos para 4 delegados de ensino em 1938, mas segundo o Boletim publicado pelo INEP em 1942 houve novamente um aumento para “5 Delegados de Ensino” (BRASIL, 1942, p.25).

Em relação aos inspetores escolares, em 1928 eram em número de 134, segundo o relatório do inspetor geral de ensino Hostilio Cesar de Araujo. E na publicação do INEP conseguimos informações de que existiam, em 1942 “[...] 49 inspetores municipais do ensino e 54 inspetores escolares” (BRASIL, 1942, p.25), totalizando 103 inspetores escolares. Considerando que todos exerciam a mesma função, uma inspeção administrativa em contato direto com as escolas, houve uma diminuição, mas o número ainda era relevante. Além disso, notamos que nessa publicação começam a aparecer inspetores municipais, sendo assim, provavelmente os municípios começaram a participar da organização e do investimento na inspeção do ensino, mas cada um cuidando da sua rede de escolas.

Cruzando os dados da distribuição de inspetores de ensino, inspetores regionais e escolas organizamos um quadro, que evidencia a quantidade de inspetores que existiam em cada município e o número de escolas, considerando que no ano de 1928 o Estado era dividido em 5 inspetorias regionais, optamos por dividir o quadro por cores, cada uma representando uma Inspetoria Regional. O intuito foi demonstrar que em todos os municípios tinham inspetores, sendo assim a inspeção chegava a todas as escolas. Vejamos:

Quadro 2 - Distribuição dos Inspetores Regionais e Inspetores escolares por município no estado do Paraná no ano de 1928

Municípios	Inspetor Regional	Inspetores	Escolas	Grupo Escolar
Antonina	1	2	19	1
Assuguy de Cima		-	8	-
Bocaiuva		1	15	-
Campo Largo		3	39	1
Colombo		2	19	-
Campina Grande		1	17	-

¹⁰ Apesar do presidente trazer a palavra subinspetor, ele está se referindo aos Delegados de Ensino/Inspetores Regionais, pois os subinspetores/Inspetores de Ensino não eram apenas três, existiam em uma quantidade bem superior a essa.

Curitiba		5	83	12
Deodoro		1	10	1
Guaraqueçaba		1	24	-
Guaratuba		1	10	-
Morretes		1	11	1
Marumby		2	15	-
Paranaguá		3	32	-
Rio Branco		1	12	-
São José dos Pinhais		4	45	1
Serro Azul		3	15	1
Tamandaré		1	20	-
Conchas		1	6	-
Porto de Cima		1	6	-
Palmeira		4	34	1
Ponta Grossa		3	20	2
Palmira		1	4	-
São Mateus		2	17	1
São João do Triunfo		2	13	-
Reserva		4	15	-
Tibagi		3	25	1
Ipiranga		4	24	1
Castro		2	26	1
Cambará		3	6	1
Jacarezinho		1	14	1
Jaguariaíva		5	13	1
Pirahy		1	7	1
Ribeirão Claro		2	4	1
Santo Antonio da Platina		4	6	2
São José da Boa Vista		3	8	-
São Jeronimo		2	9	-
Tomazina		4	11	2
Carlopolis		1	-	1
Colônia Mineira		1	3	1
Araucária		3	29	1
Clelândia		3	11	-
Palmas		5	29	1
Rio Negro		3	21	1
Lapa		3	20	1
São Pedro de Mallet		3	14	1
União da Vitoria		3	23	1
Entre Rios		1	9	1
Foz do Iguaçu		2	7	2
Guarapuava		8	34	1
Prudentópolis		2	43	1
Santo Antonio do Imbituva		2	21	1
Irati		8	18	1
Teixeira Soares		2	6	1
Total	5	134	950	50

Fonte: PARANÁ, 1928a, p.3-12.

Pelo quadro observamos que existia um número significativo de inspetores escolares. Considerando que para cada inspetor regional existiam em torno de 190 escolas para inspecionar, ganhou relevância o trabalho dos inspetores, que tinham em média de 7 escolas para inspecionar. Deste modo, as escolas que o inspetor regional não conseguia visitar eram visitadas pelo inspetor escolar, essa assertiva vem de encontro a discussão feita anteriormente, ou seja, o serviço de ambos se complementava. Além disso, observamos que na capital não existiu um número significativo de inspetores, mesmo sendo a cidade do Estado com mais escolas, isso ocorreu porque provavelmente houve uma atenção diferenciada a essas escolas, que eram visitadas pelo Delegado e pelo Inspetor Geral. Pelas informações apresentadas, concluímos que os inspetores estavam espalhados pelo interior do Estado, como exemplo, observamos o município de Guarapuava, que tinha uma grande extensão territorial, porém tinha menos da metade de escolas existentes na Capital, mas possuía uma quantidade maior de inspetores, devido à grande extensão territorial e da distância da localização das escolas, que estavam especialmente na zona rural.

Deste modo, o “[...] esforço de normatização, controle e fiscalização, pelos relatórios dos inspetores, recai com muito maior ênfase sobre as Escolas Isoladas do interior”. Observamos isso pela leitura dos próprios relatórios, que em sua maioria descrevem como estavam as escolas isoladas, apresentando problemas ou “[...] situações extremas de falta de organização escolar e desconhecimento de qualquer preceito pedagógico”. Diante disso, a maioria dos discursos de época se destinava a depositar “[...] os maiores esforços e esperanças para a regeneração da nação”, nas escolas da zona rural (MORENO, 2003, p. 31), local onde estava a população que carecia de instrução para se tornar brasileiro.

Pelo exposto observamos como estava organizada a inspeção e qual a atribuição de cada cargo presente nessa estrutura. Como enfatizou Nagle, no período a organização do serviço de inspeção “[...] se transformou em etapa preliminar ao pleno êxito da execução de qualquer plano” (2009, p. 221) referente ao ensino, pois, era por meio dos relatórios dos inspetores que se sabia como estava o ensino e quais as suas necessidades. Era partir desses relatos que se pensava em mudanças no ensino. Segundo Nagle:

As inspetorias não eram bem um órgão burocrático, num sentido rigoroso, nem eram um órgão de natureza técnica, na década de 1920 a transformação das antigas inspetorias em diretorias gerais vai mostrar os sinais mais evidentes da tentativa para submeter os serviços educacionais a uma direção eficaz, do ponto de vista burocrático e administrativo. Nesse sentido, o que se consegue com a estruturação das diretorias gerais representa um ponto intermediário importante que, posteriormente, irá facilitar a instalação das secretarias de educação (2009, p. 221).

Por fim, nessa hierarquia os inspetores escolares, delegados de ensino e inspetor geral, apesar de não aparecerem no topo, eram “[...] considerados a autoridade máxima cujo domínio exerciam para modelar a prática dos mestres” (FERREIRA, CARVALHO, 2015, p.52). Além disso, os relatórios dos inspetores e o seu trabalho

[...] eram tidos como inquestionáveis: salientavam qualidades e defeitos dos profissionais da educação; classificavam os bons professores e os maus quanto a seus saberes e suas práticas; por fim, todo o fazer docente na escola primária (FERREIRA, CARVALHO, 2015, p.52).

Deste modo, observamos ao longo da discussão que os inspetores não se constituíram apenas em fiscalizadores do trabalho do professor, mas eram o suporte das escolas em todos os quesitos, tanto na formação e orientação dos professores, como organização e fornecimentos de móveis e materiais para as escolas, especialmente na zona rural, onde o inspetor era o único contato entre o professor e o governo.

A organização da inspeção do ensino, como pode ser observada, envolveu diversos ramos, tornando-se cada vez mais complexa, mas, segundo os relatos, necessária ao bom desenvolvimento do ensino, pois organizava todo o seu funcionamento, desde a escolha dos livros didáticos até a organização do espaço escolar, e as matérias que o professor deveria ensinar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a análise realizada ao longo desse artigo, observamos que a inspetoria de ensino exercia papel fundamental na organização do ensino primário nas primeiras décadas do século XX. E para isso, a inspeção tinha uma estrutura complexa, que se distribuía ao longo de todo o Estado, com intuito de fiscalizar e disseminar um modelo de ensino. Além disso, os inspetores escolares se configuravam em intermediários entre as escolas/professores e o Governo, pois era por meio de seus relatórios que havia a troca de informações entre esses setores. Consideramos que a instituição dessa rede de inspeção se aproximava do modelo taylorista, no qual a escola era comparada a uma fábrica, e para o seu bom funcionamento era necessário que houvesse uma supervisão constante do trabalho dos professores. Apesar da inspeção estar disseminada por todo o Estado, esta recaiu com maior ênfase nas escolas isoladas rurais, pois essas escolas apresentavam uma situação precária, que era reflexo do meio onde estavam inseridas, onde as longas distâncias acarretavam na falta de materiais e professores formados. Esses em sua grande maioria possuíam pouca ou nenhuma formação, sendo a inspeção do ensino os poucos momentos encontrados para levar algum conhecimento aos professores.

Diante disso, desenvolveu-se uma estrutura complexa na inspeção de ensino, na qual existiam o Secretário do Interior, o Inspetor Geral, os Delegados de Ensino e os inspetores escolares. O inspetor geral era o responsável por toda a fiscalização do ensino no Estado. Além de visitar escolas, ele formulava um relatório que aglutinava os relatórios enviados pelos delegados e inspetores escolares, e nesse relatório apresentava ideias para modificar e melhorar o sistema de ensino. Essas ideias foram relevantes, e em sua maioria foram implementadas pelo Presidente/Governador do Estado.

Os delegados de ensino e inspetores escolares, estavam em contato direto com as escolas, eram eles que visitavam as instituições e acompanhavam o andamento do ensino ao longo do ano. Observamos que a inspeção realizada por esses dois cargos se complementava, um realizando uma inspeção técnica e outro uma inspeção administrativa, respectivamente. Ao considerar que foram esses sujeitos os mais próximos da escola, observamos que era responsabilidade deles formar, informar e incentivar o professor, fiscalizar o andamento das aulas, observar a frequência escolar, presidir exames, modificar a localização de escolas, dentre outros atributos que davam andamento ao ensino no Estado. Além disso, os relatórios desses sujeitos mostravam a realidade enfrentada por muitas escolas, e ora disseminavam prerrogativas do governo, especialmente quando exigiam que a legislação fosse cumprida, ora se posicionavam ao lado dos professores, quando pediam melhorias para o ensino, sendo assim os inspetores não se constituíram apenas como a voz do governo, mas eram a voz dos professores e das escolas também.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, José Carlos Souza; VALDEMARIN, Vera Teresa; SOUZA, Rosa Fátima de. A contribuição da pesquisa em perspectiva comparada para a escrita da história da escola primária no Brasil: notas de um balanço crítico. In: SOUZA, Rosa Fatima; PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira, LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (org.). *História da escola primária no Brasil: investigação em perspectiva comparada em âmbito nacional*. Aracaju: Edise, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. *Organização do ensino primário e normal*. XV – Estado do Paraná. Boletim n. 20. Rio de Janeiro: INEP, 1942. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/104590> acesso em: 14/05/2021.

CASTANHA, André Paulo. O uso da legislação educacional como fonte: orientações a partir do marxismo. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, número especial, 2011, p. 309-331. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639912>> Acesso em: 25/08/2020.

CASTANHA. André Paulo. *O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar no Império: descentralização ou centralização?* São Carlos-SP: Universidade Federal de São Carlos, 2007.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto. *Organização da instrução pública primária no Brasil: Impasses e desafios em São Paulo, no Paraná e no Rio Grande do Norte (1890-1930)*. Doutorado (Educação), Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, 2013.

FERREIRA, Ana Emília Cordeiro Souto; CARVALHO, Carlos Henrique de. Docência e inspeção escolar na escola primária dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Norte de (1890-1930). Goiás: *Anais III Encontro de história da educação do centro-oeste*, 2015. p.69-75. Disponível em: <https://eheco2015.files.wordpress.com/2015/09/docc3aancia-e-inspec3a7c3a3o-escolar-na-escola-primc3a1ria-dos1.pdf> Acesso em: 23/12/2020.

PARANÁ, Sebastião. Crônica. *Jornal Diário da Tarde*, Curitiba, 07 de abril de 1927a. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/diario-tarde/800074>> Acesso em: 20 de novembro de 2019. p.2

O Ensino e o novo diretor da instrução. *Jornal Diário da Tarde*, Curitiba, 13 de fevereiro de 1932. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/diario-tarde/800074>> Acesso em: 20 de novembro de 2019. p.1

JORNAL Diário da Tarde de 1915 a 1946, Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/diario-tarde/800074>> Acesso em: 20 de novembro de 2019.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. *A formação do professor e a organização social do trabalho*. Curitiba: Editora da UFPR, 1997.

MORENO, Jean Carlos. *Inventando a escola, inventando a nação: discursos e práticas em torno da escolarização paranaense (1920-1928)*. Dissertação. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2003.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. 3º Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

OLIVEIRA, Maria Cecília de. *Ensino primário e sociedade no Paraná durante a primeira República*. (Tese de Doutorado) São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

PADIAL, Elyane Mozelli. *As propostas de Lysimaco Ferreira Da Costa para a instrução pública paranaense no período de 1920-1928*. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2008.

PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 6. Ed. São Paulo: Loyola, 2003.

PARANÁ. Decreto nº 17 de 9 de janeiro de 1917. Código de Ensino. Coleção de decretos e regulamentos de 1917. Curitiba: Tipografia d'A República, 1917b. 562 p.

PARANÁ. Decreto nº 510 de 15 de setembro de 1909. Regulamento orgânico do Ensino Público do Paraná. Curitiba: Tipografia d'A República, 1909. 46p.

PARANÁ. Decreto nº 528 de 02 de março de 1932, Regulamento da Inspeção do Ensino. Publicado em Diário Oficial em 04 de março de 1932. Curitiba, 1932. p.1-3.

PARANÁ. Decreto nº 6507 de 16 de março de 1938. Regulamento das Escolas de Professores do Estado do Paraná. Publicado em Diário Oficial em 22 de março de 1938. Curitiba, 1938. p. 1.

PARANÁ. Decreto nº 710 de 18 de outubro de 1915. Código de Ensino do Estado do Paraná. Coleção de Decretos e Regulamentos de 1915. Curitiba: Tipografia d'A República, 1915. 514 p.

PARANÁ. Decreto nº 93 de 11 de março de 1901. Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná. Leis, Decretos e Regulamentos do Estado do Paraná, 1901. Curitiba: Tipografia da Penitenciária. 314 p

PARANÁ. Lei nº 1999 de 09 de abril de 1920. Programa de ensino para as escolas isoladas primárias do Estado. Publicada no Diário Oficial do Estado em 10 de abril de 1920. Curitiba, 1920a, p.1-2.

PARANÁ. Mensagem do Governador Manoel Ribas apresentada a Assembleia Legislativa do Estado ao se instalar a 1ª sessão da 2ª Legislatura, em 16 de maio de 1935. Curitiba: Empresa Gráfica Paranaense, 1935b.

PARANÁ. Mensagem do presidente do Estado Affonso Alves de Camargo dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, ao se instalar a 2ª sessão da 13ª Legislatura, em 1 de fevereiro de 1917. Curitiba: Tipografia da República, 1917c.

PARANÁ. Mensagem do presidente do Estado Affonso Alves de Camargo dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, ao se instalar a 2ª sessão da 19ª Legislatura, em 1 de fevereiro de 1929. Curitiba: 1929b.

PARANÁ. Mensagem do presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, ao se instalar a 2ª sessão da 15ª Legislatura, em 1 de fevereiro de 1921. Curitiba: 1921b.

PARANÁ. Mensagem do presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha dirigida ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, ao se instalar a 1ª sessão da 19ª Legislatura, em 1 de fevereiro de 1928. Curitiba: 1928b.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral de Ensino Cesar Prieto Martines, apresentado ao Secretário de Geral do Estado Marins Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1920. Curitiba: Tipografia a Penitenciária, 1920b.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral de Ensino Cesar Prieto Martines, apresentado ao Secretário de Geral do Estado Marins Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1921. Curitiba: Tipografia a Penitenciária, 1921a.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral de Ensino Cesar Prieto Martines, apresentado ao Secretário de Geral do Estado Marins Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1922. Curitiba: Tipografia da Penitenciária, 1922.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral de Ensino Cesar Prieto Martines, apresentado ao Secretário de Geral do Estado Marins Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1923. Curitiba: Tipografia da Penitenciária, 1923.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral de Ensino Cesar Prieto Martines, apresentado ao Secretário de Geral do Estado Marins Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1924. Curitiba: Tipografia da Penitenciária, 1924.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral de Ensino Hostilio Cesar S. Araújo apresentado ao Secretário Geral do Estado. Curitiba, 1928a.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral de Ensino Hostilio Cesar S. Araújo apresentado ao Secretário Geral do Estado. Curitiba, 1929a.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral de Ensino Hostilio Cesar S. Araújo apresentado ao Secretário Geral do Estado. Curitiba, 1931.

PARANÁ. Relatório do Inspetor Geral de Ensino Lysimaco Ferreira da Costa apresentado ao Secretário Geral do Estado. Curitiba, 1927b.

PARANÁ. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Obras Públicas Othon Mader, apresentado ao Governador do Estado Manoel Ribas, em junho de 1935. Curitiba: 1935a.

PARANÁ. Relatório do secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Enéas Marques dos Santos, apresentado ao presidente do Estado Affonso Alves de Camargo em 31 de dezembro de 1917. Curitiba: Tipografia da República, 1917a.

PARANÁ. Relatório do secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Enéas Marques dos Santos, apresentado ao presidente do Estado Affonso Alves de Camargo em 31 de dezembro de 1918. Curitiba: Tipografia da República, 1918.

PARANÁ. Relatório do Secretário Geral do Estado Alcides Munhoz apresentado ao Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha 1925.

SANTI, Denize Naiara. *A institucionalização da escola rural no paraná entre 1915 e 1946 e a atuação dos inspetores*. Tese (Doutorado em Educação) – UEM: Maringá, 2021.

SCHELBAUER, Analete Regina. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no paraná (1930-1960). Porto Alegre, *Revista História da Educação*, v. 18, nº 43, 2014. p. 71-91.

SILVA, José Ricardo Skolmovski Da. *A revista O Ensino e manifestações tayloristas nas propostas da reforma educacional de César Prieto Martinez (Paraná, 1920-1924)*. (Dissertação de Mestrado). UEM: Maringá, 2019.

SOUZA, Gizele de. *Instrução, o talher para o banquete da civilização: Cultura escolar dos jardins de infância e grupos escolares no Paraná, 1900-1929*. (Tese de doutorado) PUC: São Paulo, 2004.

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS:

Autora 1 – Coordenadora do projeto, participação ativa na análise dos dados e escrita da primeira versão.

Autora 2 – Análise dos dados e escrita do texto e revisão da escrita final.

Autor 3 – Análise dos dados e escrita do texto e revisão e edição da escrita final.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores concordam que caso o manuscrito venha a ser aceito e postado no servidor SciELO Preprints, a retirada do mesmo se dará mediante retratação.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.